

AMAZÔNIA
de antes de 1912 a depois de 2012
-- e algumas pedras no meio do caminho --

Armando Dias Mendes (UFPA)
José Alberto Da Costa Machado (UFAM/INPA)
Marcondes Moreira De Araujo (MCTI)
Marcos Formiga (UNB)

(...)
*Nunca me esquecerei que no meio do caminho
tinha uma pedra
tinha uma pedra no meio do caminho
no meio do caminho tinha uma pedra.*

Drummond

Justificativa

1. O ano de 1912 marcou, na Amazônia, o fim da “Civilização da Borracha”. A questão que se coloca agora é: -- *Pode 2012 vir a ser, na Amazônia e no Brasil, o marco zero do início da “Civilização do Conhecimento” com base nas suas dotações naturais?*

Essa é, em resumidas palavras, a ambiciosa pauta da Mesa. Não se cuida de ‘celebrar’ o desastre ou tentar reviver a *Belle Époque* de Belém e Manaus (e as desumanas condições de vida nos seringais) que perdurou por décadas. Esse é um ‘paraíso perdido’ para sempre. Não é objetivo do debate acender uma lanterna de popa a alumiar o passado e alimentar melancolias. O que importa é ajudar a acender um farol de proa para tentar perscrutar no futuro aparentemente insondável a viabilidade de ‘fantasias organizadas’ sustentáveis. Muita coisa fluiu na região, para o bem e para o mal, no intervalo entre as duas datas. O inventário será material de apoio à compreensão da Amazônia atual e de alicerce sobre as alternativas possíveis para a sua (re)invenção.

No ínterim, no balanço de avanços e recuos constata-se que a Amazônia cresceu em demografia e economia e se diversificou. Tornou-se um complexo produtivo que excede ao extrativismo, inclui plantações de espécies selecionadas, exploração mineral exaustiva e tecnicamente avançada e linhas de montagem de eletro domésticos, “duas rodas”, informática e conexos. Em casos exemplares esses empreendimentos são enclaves, quer para exploração de minerais do subsolo, quer para produção de bens finais na superfície. Benefícios fiscais e creditícios têm sido mobilizados para dinamizar as atividades produtivas. Capital social básico e pré-investimentos, por igual, têm sido proporcionados pelo Estado nacional, todavia nem sempre na escala nem no volume necessários. Pior: os de maior vulto, apesar de situados **na** Amazônia, não são voltados **para** a Amazônia. E, portanto, os seus efeitos multiplicadores do emprego e da renda vão se fazer sentir muito mais fora da região do que dentro dela. As hidrelétricas constituem a vitrine mais vistosa dessa prática.

Com hesitações, no entanto, as autoridades do país têm se voltado nominalmente, nem sempre eficazmente, para a região. Nas últimas décadas, multiplicaram-se as agências e instâncias federais que a têm entre as suas preocupações. Uma miríade de siglas da máquina estatal assume essas responsabilidades sobre fatias da Amazônia. Nenhuma, de forma consistente, coerente, sobre a Amazônia como um todo, nem mesmo a Política de Desenvolvimento Regional da Amazônia. Sem falar na esterilização e paralisia da nova Sudam. As ações fazem-se desordenadas, não coordenadas. E eventualmente chegam a ser conflitantes entre si. Iniciativas até fundadas sobre cláusulas constitucionais (v.g. o complexo Zona Franca/Pólo Industrial de Manaus) vêm-se ameaçadas por iminentes alterações bruscas das regras do jogo ou são vítimas da abertura do comércio exterior à importação de produtos similares competitivos. E nos casos da mineração de Carajás, do Trombetas e outras, o episódio do manganês do Amapá acende uma luz amarela de advertência. A consciência dessas possibilidades desperta e desafia a Academia, o Governo e a Empresa nacional para a busca de alternativas de médio e longo prazo capazes de prevenir a repetição do desastre histórico.

Desastre que seria agravado pela maior escala da Amazônia de hoje comparada com a de ontem. Agravado, além disso, pelas novas responsabilidades atribuídas à região nos cenários nacional e mundial.

2. Com efeito, a acelerada convergência tecnológica em curso impacta o meio-ambiente, a economia e a política na Amazônia, no Brasil e no mundo. Colocando de outra forma a questão em causa: -- *Quais as possibilidades, limitações e papel da Amazônia no futuro do Brasil e da humanidade no século XXI?*

Esforços em educação, ciência, tecnologia e inovação concorrem para modelação da anunciada “Sociedade do Conhecimento”. O Brasil reconhece a necessidade de preparar a sua entrada definitiva nesse admirável mundo novo, aumentando significativamente a sua competência em produção do conhecimento e a sua competitividade econômica. Os indicadores mundiais e mesmo nacionais a respeito situam-no em modesta posição. O país já dispõe, no entanto, de um sistema diversificado de C,T&I, e vem incorporando à economia, embora de forma tímida, o conceito da inovação (comercialização bem sucedida de novas idéias, bens, serviços). Políticas nacionais e estaduais no âmbito da educação superior, de fomento à pesquisa e desenvolvimento (P&D), agendas setoriais de competitividade vêm sendo adotadas.

Há sinais concretos animadores em respostas já colhidas: p.ex., o país já ocupa o 13º lugar na classificação do PIB científico mundial. Ainda assim, outros indicadores relativizam esse feito. Na classificação em termos de paridade do poder de compra, ocupamos o 6º lugar. O avanço do esforço científico nem sempre se traduz em geração de riqueza e incorporação da tecnologia à economia do conhecimento. O componente tecnológico nacional apresenta fraco desempenho no cenário mundial qualquer que seja a escala da comparação. E essa assimetria se reproduz dentro do país quando se

comparam os desempenhos das macrorregiões. O desnível é agravado no caso particular da Amazônia, região de superlativos que concentra as atenções mundiais face aos crescentes e ameaçadores desafios associados ao futuro da humanidade. Quer se trate da medição de recursos financeiros, quer da avaliação dos sistemas regionais de C,T&I, ou ainda da formação de pessoal qualificado, a Amazônia situa-se no cenário nacional nas últimas posições. Para ilustrar a constatação: se bem que os medidores disponíveis de evolução do setor, os mais recentes, revelem um aumento relativo da região, passando de menos de 3,0% para mais de 4,0%, no curto período de 2007 para 2010, há consenso em que os recursos postos à disposição da região continuam insuficientes frente ao vulto do seu enorme potencial, por um lado, e dos seus enormes desafios, por outro.

O mesmo se dá, como é público e notório e tem sido exaustivamente denunciado, na formação e retenção de pesquisadores doutores. E estima-se que cerca de 70.0% das publicações científicas sobre a Amazônia são de autoria de estrangeiros. Ou seja: além do imperativo de buscar atrair e reter cientistas, pesquisadores e engenheiros de outras partes do país, a Amazônia demanda esforço concentrado para formar e reter pessoal qualificado local e assegurar a produção e apropriação do conhecimento com autonomia.

E essa visão avulta quando se sabe que as demandas mundiais por elementos naturais que se tornam rapidamente escassos ou são dilapidados, exigirão no futuro uma contribuição muito maior de conhecimento acumulado sobre as potencialidades regionais, até aqui muito mal conhecidas.

3. É hora de afastar as pedras do meio do caminho. A pergunta maior, subjacente ao resenhado, adquire nova redação: -- *Em que medida, e como, essas iniciativas podem ser ampliadas, consolidadas e articuladas visando à superação da anomalia?*

A marca global ‘Amazônia’, há anos já identificada como uma das três marcas mundialmente mais conhecidas (as outras duas sendo Jesus Cristo e Coca Cola...) encontra pedras no meio do seu caminho rumo à sua afirmação nacional e global maior, à altura do seu nome. À exceção de alguns extratos e matérias primas para cosméticos e óleos essenciais comercializados no exterior, existem dificuldades para competir em cadeias globais, incapazes que têm se mostrado de disputar mercados externos, e limitada capacidade de inovação. E os produtos manufaturados, a seu turno, destinam-se na maioria dos casos a disputar o mercado interno do Brasil (“exportação doméstica”),

Há, contudo, sinais concretos animadores de que a “*intelligentsia*” técnico-científica regional está consciente da necessidade premente de mudanças no cenário. Velhas e novas universidades regionais (federais e estaduais) sedimentam-se e criam fundos, fundações de apoio à pesquisa, núcleos de altos estudos amazônicos ou equivalentes, e é desenvolvida a pós-graduação *stricto sensu*. O modelo NAEA/UFPA expandiu-se, gerou réplicas em todos os estados amazônicos, e recentemente possibilitou o surgimento de um ‘Fórum’ permanente de congregação e cooperação

desses Centros. E, no seu bojo, a criação da “Incubadora de Políticas Públicas da Amazônia”, talvez a primeira do seu tipo no Brasil (anote-se: *incubadora*, não revisora; voltada *para diante*, não para trás; de *políticas*, não de projetos). Junta-se ela a expressivo número de precedentes incubadoras de projetos econômicos de base tecnológica, que têm colhido bons resultados. Instituições outras que adotavam, regionalmente, uma agenda nacional, agora buscam maior integração com as demandas e possibilidades de cada Estado na região. Por exemplo: a Embrapa no Acre desenvolve tecnologia que intensifica a pecuária local pela melhora substancial de capacidade de suporte de pastagem, reduzindo o impacto do desmatamento. A Embrapa do Pará, outro exemplo, por décadas tem desenvolvido esforços no sentido de adaptar espécies nativas ao cultivo intensivo com aumento de produtividade e de resistência a doenças. O cupuaçu é o exemplo mais eminente e ganhou o mundo na esteira desses avanços. Em outras dimensões e características, podem ser acrescentados aqui o açaí, o guaraná e a culinária paraense.

Instituições antes focadas exclusivamente no fomento a empreendimentos concebidos fora, hoje desenvolvem iniciativas de inovação a partir das potencialidades naturais amazônicas. Uma dessas iniciativas é o programa da cadeia produtiva do pirarucu, do SEBRAE, em vários estados da Amazônia. O programa propõe-se a criar condições para oferta em larga escala do pescado com alto valor agregado. Num campo lindeiro foi estabelecida uma associação de procedimentos entre o INPA e a Suframa no sentido de estabelecer bases para promoção da “economia verde”. Tem em vista organizar dinâmicas produtivas regionais, fundadas no conhecimento científico e assentes em padrões sustentáveis. Focam, ademais, oportunidades de negócios em temas da biodiversidade e serviços ecossistêmicos de base agro-pastoril, de silvicultura e de aqüicultura, manejo florestal e outros. Na mesma direção apontam regras e procedimentos emanados da Suframa tendentes a amenizar, senão ultrapassar, a forte dependência do PIM em relação a insumos exógenos. A agenda do INPA, no mesmo passo, faz-se pertinente com a mudança de rumos.

Nesse contexto espera-se que a recente prorrogação por mais 50 anos dos incentivos fiscais de que se beneficia o complexo manauara ajude a impulsionar, em moldes mais sustentáveis, e mais replicáveis na própria região, um novo modelo de desenvolvimento econômico sem depleção da natureza e com inclusão social. O modelo atual chegou a um ponto de não retorno, que precisa ser, não remendado, mas substituído, aproveitando é claro as externalidades já constituídas.

Em suma: -- *A arquitetura básica do projeto Amazônia, tanto a Ocidental quanto a Oriental, dá sinais inquietantes de fadiga do material. Parece ter-se exaurido. Ou não? A tarefa da Mesa é tentar responder. Ou ajudar a responder.*